

## SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO - RFQ Serviços

**Ref.: Edital nº 007/2019 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005**  
**Processo nº: 01302.000308/2019-31**  
(Favor referir-se a este número em todas as correspondências)

27 de Dezembro de 2019.

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, convidá-los a apresentarem uma proposta para “**Contratar consultoria especializada para realizar estudo descritivo sobre as principais doenças de veiculação hídrica, com foco nas Doenças Diarreicas Agudas – DDA, nos municípios localizados na Amazônia Legal – AL, utilizando os dados disponíveis oficiais dos Governos Federal, Estadual e Municipal**”, segundo este documento de solicitação.

A Solicitação de Cotação (RFQ) consiste desta página de rosto e dos seguintes Anexos:

Anexo I - Condições Gerais do Contrato  
Anexo II - Termos de Referência (TOR)

Sua oferta deve ser entregue no SAUS, Quadra 05, Lote 06, Bloco H, Protocolo do IBICT, CEP: 70.070-912 – Brasília DF, **até as 17h:00 do dia 10/01/2020**, fazendo referência ao **Edital nº 007/2019 – Lic. Convite/Projeto 914BRZ2005**.

Juntamente com as propostas deverão ser encaminhadas as seguintes informações:

- Número do Edital
- Nome Fantasia da Licitante
- Razão Social da Licitante
- Endereço, Telefone, Fax, Site, E-mail.
- Dados Bancários (Banco, Agência, Conta).
- Nome Completo e CPF do Responsável Legal
- Cópia do Cartão do CNPJ

No caso de qualquer solicitação de esclarecimento, entre em contato com o IBICT, até o dia **08/01/2020**, **telefone: (61) 3217 6110**, **e-mail: [josenascimento@ibict.br](mailto:josenascimento@ibict.br)**.

  
**Tiago Emmanuel Nunes Braga**  
Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Substituto

## ANEXO I: Condições Gerais do Contrato para Fornecimento de Bens e Serviços

### 1. ACEITAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato só pode ser aceito pela assinatura do Contratado e pela entrega pontual dos bens de acordo com os termos deste Contrato, conforme especificado neste documento. A aceitação deste Contrato resultará em um Contrato entre as partes em que os direitos e obrigações das Partes serão regidos unicamente pelos termos e condições deste Contrato, incluindo estas Condições Gerais. Nenhuma disposição adicional ou inconsistente proposta pelo Contratado obrigará a UNESCO a nada, a menos que acordado por escrito por seu funcionário devidamente autorizado.

### 2. DEFINIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Bens são, incluindo, mas não se limitando a, equipamentos, peças sobressalentes, commodities, matérias-primas, componentes, produtos intermediários e os produtos que o Contratado é obrigado a fornecer sob este Contrato. Os serviços incluem, sem limitação, serviços conexos ao fornecimento dos produtos, instalação, treinamento, transporte e quaisquer outras obrigações, conforme exigido no âmbito deste Contrato.

### 3. PAGAMENTO

A UNESCO efetuará, no cumprimento dos prazos de entrega, salvo disposição em contrário no presente Contrato, o pagamento no prazo de até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal do Contratado e cópias dos documentos de embarque especificados neste Contrato. O pagamento pela UNESCO não implica aceitação dos produtos nem de quaisquer trabalhos ou serviços relacionados nos termos deste Contrato.

### 4. ISENÇÃO DE IMPOSTOS

A Seção 7 da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, nomeadamente, que a UNESCO e seus órgãos subsidiários são isentos de todos os impostos diretos e estão isentos de direitos aduaneiros em relação a artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Assim, o Contratado autoriza a UNESCO a deduzir da fatura qualquer montante que representa tais impostos ou direitos cobrados a UNESCO pelo Contratado. O pagamento desse valor ajustado constituirá pagamento integral pela UNESCO. No caso de qualquer autoridade tributária se recusar a reconhecer a isenção da UNESCO a partir de tais impostos ou taxas, o Contratado deverá consultar imediatamente a UNESCO.

### 5. MARCAS

Sempre que um INCOTERM for usado neste Contrato ele deverá ser interpretado de acordo com os INCOTERMS 2000.

### 6. LICENÇA DE EXPORTAÇÃO

O Contratado deverá obter qualquer licença de exportação exigida para os bens.

### 7. INSPEÇÃO E ACEITAÇÃO

Todos os bens devem ser sujeitos a inspeção e testes pela UNESCO ou seu representante designado, na medida do possível, em todos os tempos e lugares, incluindo o período de fabricação e, em qualquer caso, antes da aceitação final pela UNESCO. Se qualquer inspeção ou teste é feito nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor, o Contratado, sem custo adicional, fornecerá todas as instalações e assistência razoáveis para a segurança e comodidade dos inspetores no exercício das suas funções. Todas as inspeções e testes nas instalações do Contratado ou de seu fornecedor serão realizados de forma a não atrasar indevidamente ou interromper as atividades comerciais ordinárias do Contratado ou seu fornecedor. A aceitação final ou rejeição dos bens deve ser feita o mais breve possível após a entrega, mas a falha em inspecionar e/ou aceitar e/ou rejeitar as bens são retiradas do Contratado a responsabilidade por bens não conformes, nem impõe obrigações à UNESCO. O Contratado deverá fornecer e manter um sistema de controle de processo de fabricação, qualidade e inspeção que abranja os bens aceitáveis para a UNESCO. Os registros de todo o trabalho de inspeção pelo Contratado deverão ser mantidos completos e disponibilizados à UNESCO durante a execução nos termos do presente Contrato e pelos 24 (vinte e quatro) meses seguintes ou para qualquer outro período que pode ser especificado neste Contrato. Cópias de todas as certificações de materiais e os resultados dos testes deverão ser apresentadas à UNESCO mediante solicitação.

### 8. ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS, INCLUINDO EMBALAGEM

O Contratado garante que os produtos estejam em conformidade com as especificações e aptos para os fins aos quais esses produtos são normalmente utilizados, bem como para fins de, em locais onde e sob circunstâncias fornecidas pela UNESCO ao Contratado. O Contratado garante que os produtos são novos, de fabricação atual e livre de defeitos de projeto, fabricação e materiais. O Contratado também garante que os bens estejam firmemente contido, embalados e marcados, levando em consideração o(s) modo(s) de embarque, de forma e modo a proteger os bens durante a entrega ao seu destino final. A não ser que um período mais longo seja especificado no presente contrato, o Contratado garante e atesta que reparará ou substituirá, sem despesa para a UNESCO ou seus clientes, quaisquer bens ou componentes que comprovadamente estejam com defeito no desenho, material ou mão de obra dentro de um período de 01 (um) ano a partir da data em que tais bens sejam colocados em uso.

### 9. PÓS-VENDA

A Contratada deverá manter e fornecer assistência técnica, manutenção, serviços, reparos e revisão dos produtos conforme solicitação da UNESCO e de seus clientes referentes a este Contrato.

### 10. INDENIZAÇÃO

O Contratado deverá indenizar e salvaguardar, às suas expensas, a UNESCO, seu pessoal e seus clientes de e contra todas as ações, reclamações, demandas e responsabilidades de qualquer natureza ou tipo, incluindo os custos decorrentes de atos ou omissões do Contratado ou do seu pessoal ou por outros responsáveis no desempenho nos termos deste Contrato.



#### 11. PATENTE

O Contratado deverá defender às suas expensas qualquer processo ou ação movida contra a UNESCO ou seus clientes com base em uma alegação de que qualquer produto ou o uso normal do mesmo fornecido sob este Contrato constitui qualquer violação de qualquer patente de qualquer país, se notificada por escrito pela autoridade competente. As informações e assistência para a defesa dos mesmos correrão a expensas do Contratado. O Contratado deverá pagar todos os danos e custos nela imputadas à UNESCO ou seus clientes. A Contratada deverá, às suas próprias expensas e a seu critério, receber da UNESCO o direito de continuar a usar os bens, modificá-los para que se tornem não infratores ou, com a aprovação da UNESCO, remova referidas bens e reembolsar o preço de compra, incluindo os custos de transporte e instalação.

#### 12. SEGURO CONTRA INCÊNDIO E COBERURA ESTENDIDA

Em todos os tempos antes da entrega dos bens e/ou serviços, o Contratado deverá efetuar e manter seguro contra incêndio e seguro de cobertura estendida em cima de quaisquer bens sujeitos a este contrato em um montante igual ao valor segurável de tais bens e de serviços incorporados com valores a serem pagos ao Contratado e à UNESCO de acordo com o surgimento dos seus interesses.

#### 13. VARIAÇÃO NAS QUANTIDADES

As quantidades especificadas neste Contrato não poderão ser aumentadas ou diminuídas sem a prévia autorização por escrito da UNESCO.

#### 14. MUDANÇAS

A UNESCO poderá, a qualquer momento, mediante notificação por escrito, fazer alterações no âmbito geral deste Contrato. Se qualquer mudança provocar um aumento ou diminuição do preço ou o tempo necessário para o desempenho do presente Contrato, será feito um ajuste equitativo no preço do Contrato e/ou no cronograma de entrega, e o Contrato deverá ser alterado, rescindido ou reeditado em conformidade. Qualquer reclamação pelo Contratado para ajuste nos valores deve ser informada dentro de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação de mudança; no entanto, a UNESCO poderá, a seu critério exclusivo, receber e agir sobre qualquer reclamação, a qualquer tempo, antes do pagamento final nos termos deste Contrato. A falha em não concordar com os ajustes será uma controvérsia a ser decidida de acordo com a Cláusula 25. Entretanto, nada nesta Cláusula isentará o Contratado de prosseguir com o Contrato, conforme alterado. Nenhuma modificação ou alteração nos termos deste Contrato será válida ou aplicável contra a UNESCO, a menos que seja por escrito e assinada por um representante devidamente autorizado da UNESCO.

#### 15. RESCISÃO POR CONVENIÊNCIA

A UNESCO poderá rescindir este Contrato, no todo ou em parte, mediante notificação ao Contratado. Após o recebimento da notificação de rescisão, o Contratado deverá tomar medidas imediatas para trazer o trabalho e os serviços ao fim de uma forma rápida e ordenada, reduzirá as despesas ao mínimo e não realizará qualquer compromisso para frente a partir da data de recebimento da notificação de rescisão. Em caso de Rescisão por Conveniência, nenhum pagamento será devido pela UNESCO ao Contratado, exceto para obras e serviços executados de forma satisfatória antes da rescisão, para as despesas necessárias para a terminação rápida e ordenada do trabalho e para o custo de tal trabalho necessário. Na medida em que a computação desse pagamento devido pela UNESCO pode não ser suficiente para o Contratado, em relação à rescisão do Contrato, o Contratado poderá reivindicar um ajuste equitativo de acordo com os procedimentos para ajuste equitativo referida na Cláusula 14 acima.

#### 16. REMÉDIOS PARA O DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento do Contrato por parte do Contratado, incluindo, mas não limitado, a não obtenção de licenças necessárias para exportação ou para fazer a entrega de todos os bens até a data de entrega acordado, a UNESCO poderá, após ter dado ao Contratado aviso prévio razoável executar e sem prejuízo de quaisquer outros direitos ou recursos, exercer uma ou mais das seguintes direções: (1) adquirir a totalidade ou parte dos bens e/ou serviços de outras fontes/fornecedores, caso em que a UNESCO poderá tornar a Contratada responsável por quaisquer custos adicionais decorrentes deste ato; (2) recusar-se a aceitar a entrega da totalidade ou de parte dos bens e/ou serviços; (3) rescindir este Contrato; (4) exigir que o Contratado envie os bens/serviços pela via mais *premium*, às expensas do Contratado, para cumprir o cronograma de entrega; (5) impor uma indenização.

#### 17. PENALIDADES POR ATRASO

Se o contratante não entregar a totalidade ou parte dos bens ou não executar qualquer dos serviços no prazo especificado no Contrato, a UNESCO poderá, sem prejuízo de quaisquer outros direitos e recursos, deduzir do preço total estipulado no presente Contrato o montante de 0,5% do preço de tais bens ou serviços não executados por cada semana de atraso (ou parte dele), até um período de 8 semanas.

#### 18. FORÇA MAIOR

Não obstante as disposições das Cláusulas 16 e 17, o Contratado não poderá ser responsabilizado por omissão ou indenização, na medida em que seu fracasso em cumprir as suas obrigações nos termos deste Contrato é o resultado de um evento de Força Maior. Para os fins deste Contrato, força maior é definida como um evento fora do controle do contratante, que não envolva culpa ou negligência do Contratado e que não seja previsível, incluindo desastres naturais, guerra (declarada ou não) e outros eventos de natureza ou força similar.

#### 19. FONTE DAS INSTRUÇÕES

O Contratado não deverá buscar nem aceitar instruções de qualquer autoridade externa à UNESCO com relação à execução de seus serviços constantes no presente Contrato. O Contratado deverá abster-se de qualquer ação que possa afetar a UNESCO ou as Nações Unidas de maneira adversa, devendo cumprir seus compromissos com plena consideração pelos interesses da UNESCO.



## 20. FUNCIONÁRIOS NÃO SE BENEFICIARÃO

O Contratado deverá garantir que nenhum funcionário da UNESCO ou das Nações Unidas receba ou tenha oferta do Contratado de qualquer benefício direto ou indireto proveniente do presente Contrato ou prêmio posterior. O Contratado concorda que a violação desta disposição representa a violação de um termo essencial deste Contrato.

## 21. USO DO NOME, EMBLEMA OU SÉLO OFICIAL DA UNESCO OU DA ONU

O Contratado não deverá divulgar ou tornar público o fato de que é um Contratado da UNESCO, nem deverá, de modo algum, usar o nome, emblema ou selo oficial da UNESCO ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da UNESCO ou das Nações Unidas em conexão com seu negócio ou similar.

## 22. CESSÃO E INSOLVÊNCIA

O Contratado não deverá, exceto após a obtenção da aprovação prévia por escrito da UNESCO, ceder, transferir, penhorar ou fazer outra disposição deste Contrato ou de qualquer parte deste documento ou qualquer dos direitos do Contratante ou obrigações nos termos deste Contrato. Caso o contratante se torne insolvente ou se o controle do Contrato mudar devido à insolvência, a UNESCO poderá, sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, rescindir este Contrato mediante notificação por escrito ao Contratante.

## 23. TRABALHO INFANTIL

O Contratado declara e garante que nem ele, nem qualquer de seus fornecedores está envolvido em qualquer prática que não esteja de acordo com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32 da mesma, que, entre outras coisas, determina que a criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que seja insalubre ou que interfira em sua educação ou seja perigoso para sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem custos para a UNESCO.

## 24. MINAS

O Contratado declara e garante que nem ele nem qualquer de seus fornecedores está ativamente e diretamente envolvido em atividades de patenteamento, desenvolvimento, montagem, produção, comércio ou fabricação de minas ou em atividades relacionadas a componentes básicos utilizados na fabricação de minas. O termo "minas" significa aqueles dispositivos definidos no Artigo 2, Parágrafos 1, 4 e 5 do Protocolo II anexado à Convenção de 1980 sobre Proibições e Restrições ao Uso de Certas Armas Convencionais Que Podem Ser Consideradas Como Excessivamente Agressivas ou de Efeitos Indiscriminados. Qualquer quebra dessa declaração e garantia dará o direito à UNESCO de rescindir este Contrato imediatamente mediante notificação ao Contratado, sem qualquer responsabilidade pelos encargos de rescisão ou qualquer outra obrigação de qualquer tipo para a UNESCO.

## 25. ARBITRAGEM

Qualquer controvérsia ou reclamação resultante de ou em conexão com qualquer disposição deste Contrato ou qualquer violação do mesmo deverá ser, se não for resolvida por conciliação direta, resolvida de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL em vigor na data deste Contrato. A UNESCO e o Contratado ficarão sujeitos a qualquer sentença arbitral proferida como resultado da referida arbitragem como adjudicação final de qualquer controvérsia ou queixa.

## 26. CONCILIAÇÃO

Sempre que, no decurso da negociação referida na Cláusula 25 acima, as partes desejarem buscar uma solução amigável de tal disputa, controvérsia ou reivindicação por meio de conciliação, esta será vinculada pela sentença proferida como resultado da conciliação como sendo o julgamento final de qualquer controvérsia ou reclamação.

## 27. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Nada contido ou relacionado a este Contrato poderá ser considerado como renúncia, expressa ou implícita, de quaisquer dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários.

## 28. SEGURANÇA

A responsabilidade pela segurança e proteção do contratante e do seu pessoal e da propriedade e da propriedade UNESCO sob custódia do contratante, cabe ao contratante.

O contratante deverá:

(a) Coloque em prática um plano de segurança adequado e manter o plano de segurança, tendo em conta a situação de segurança no país onde estão sendo prestados os serviços;

(b) Suponha que todos os riscos e responsabilidades relacionadas com a segurança do contratante e plena implementação do plano de segurança.

UNESCO reserva-se o direito de verificar se tal plano está em vigor, e sugerir modificações ao plano quando necessário. A falha em manter e implementar um plano de segurança adequado, como exigido nos termos deste instrumento será considerada uma violação do contrato. Não obstante o acima, o Contratante será o único responsável pela segurança do seu pessoal e os bens da UNESCO sob sua custódia como estabelecido na condição.

## 29. ANTITERRORISMO

O contratante compromete-se a envidar todos os esforços razoáveis para assegurar que nenhum dos fundos recebidos da UNESCO nos termos deste Contrato são usados para dar apoio a indivíduos ou entidades associadas com o terrorismo e que os beneficiários dos montantes previstos pela UNESCO seguinte não em aparecer na lista mantida pelo Comitê do Conselho de Segurança estabelecido nos termos da Resolução 1267 (1999). A lista pode ser acessada através <http://www.un.org/Docs/sc/committees/1267/1267ListEng.htm>. Esta disposição deve ser incluída em todos os sub-contratos ou sub-contratos celebrados nos termos deste Contrato.

β

## ANEXO II: TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Realizar estudo descritivo sobre as principais doenças de veiculação hídrica, com foco nas Doenças Diarreicas Agudas – DDA, nos municípios localizados na Amazônia Legal – AL, utilizando os dados disponíveis oficiais dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

### 2. JUSTIFICATIVA

Cabe ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) coordenar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações para a absorção e customização de novos procedimentos e tecnologias de coleta, produção, organização, sistematização, análise da informação, disseminação, preservação digital da produção científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento humano.

A Amazônia Legal (AL), consistindo em 772 municípios, totaliza aproximadamente 25 milhões de habitantes em uma área de cerca de cinco milhões de km<sup>2</sup>, e corresponde a cerca de 60% do território brasileiro, sendo constituída pelos estados do AC, AP, AM, PA, RR, RO, MT, MA, TO. A maior parte destes municípios é pequena, e apresenta condições peculiares relacionadas à distância entre eles e ao acesso complicado, em função da baixa densidade de estradas, dificultando uma gestão eficaz dos resíduos sólidos na região norte.

A Lei 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que contém instrumentos que permitem minimizar os problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. A Lei prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos sólidos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Apesar disto, as dificuldades de gestão dos resíduos sólidos na região da AL são acentuadas devido às condições peculiares do território no que concerne à distância e às condições de comunicação, traslado e acesso entre os municípios, e em função de suas extensas hidrovias, da baixa quantidade de estradas, do pequeno porte dos municípios – sendo que 60% deles possuem menos que 20.000 mil habitantes – entre outros problemas. Todos esses elementos dificultam a gestão do saneamento básico na região, gestão esta que engloba a prestação de serviços de água e esgoto, resíduos sólidos e águas pluviais, e, com isto, desencadeando diversas doenças vinculadas à má gestão destes serviços.

Freitas e Giatti (2009)<sup>1</sup>, tratando dos impactos causados por determinadas doenças infecciosas na região amazônica, destacam que, em relação à morbidade por Doenças Diarreicas Agudas (DDA), a média nacional é de 19,2 crianças por mil habitantes, enquanto na região essa taxa é de 22,0. Pará, com uma taxa média de 39,6, juntamente com Rondônia e Tocantins, com médias superiores a 28,0, apresentam as maiores taxas de morbidade na região. No entanto,

<sup>1</sup> FREITAS, C. M. de; GIATTI, L. L. Indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde na Amazônia Legal, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n.6, p. 1251-1266, jun., 2009.

em Roraima, Amazonas e Amapá a média é inferior à taxa de morbidade nacional. Quanto à mortalidade por DDA acima do indicador nacional, destacam-se o Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Maranhão.

Em função disto, pretende-se promover o fomento à implantação de uma logística reversa, sustentada pelos princípios da referida lei, porém, ressaltando a importância da geração e acompanhamento de indicadores que permitam identificar, de forma pontual, a situação de cada região; e, em contrapartida, possibilitem uma tomada de decisão mais precisa e relacionada à formulação de políticas públicas, com recursos específicos para cada área da região.

A realização desta contratação, por meio do projeto 914BRZ2005, permitirá o desenvolvimento de estudo de fundamentação teórico-conceitual e empíricos sobre a formulação, análise e divulgação de indicadores referentes à informação em CT&I (Objetivo 2, Resultado 2.1, Atividade 2.1.1).

### 3. ESCOPO

Realizar estudo observacional, descritivo e amostral das doenças e agravos de veiculação hídrica - com foco nas Doenças Diarreicas Agudas (DDA) - nos municípios localizados na Amazônia Legal (AL), utilizando os dados disponíveis nos sites oficiais dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Contemplando na metodologia a ser usada no desenvolvimento deste projeto, as seguintes etapas:

- a) Elaborar cronograma contendo as principais atividades a serem desenvolvidas;
- b) Identificar as principais fontes oficiais que disponham das informações objeto dessa contratação;
- c) Caso seja necessário, fazer diligência junto às equipes técnicas responsáveis pelos dados oficiais que serão utilizados para o desenvolvimento desta consultoria;
- d) Definir a metodologia de amostragem dos municípios localizados na Amazônia Legal;
- e) Identificar os principais riscos e plano de mitigação durante a execução do contrato;
- f) Selecionar os municípios objeto da pesquisa, a partir da definição da amostragem dos municípios da Amazônia Legal;
- g) Acessar, analisar e elaborar um diagnóstico situacional com foco das principais doenças de veiculação hídrica, com foco das Doenças Diarreicas Agudas nos municípios localizadas na Amazônia Legal. O diagnóstico deve conter quadro com, pelo menos: - Os indicadores de saúde, objeto desta contratação; - A população oficial de cada município; - Série histórica da doença contemplando no mínimo os últimos cinco anos; - Principal atividade do município (agropecuária, industrial, artesanal, entre outras);
- h) Fazer diligência junto às equipes técnicas responsáveis pelos dados oficiais, caso seja necessário;
- i) Realizar reuniões com vistas à sensibilização dos principais atores envolvidos, quanto à qualidade da informação, caso seja necessário.

B-

J) Acessar, identificar, analisar e selecionar os principais indicadores voltados para a gestão dos resíduos sólidos;

K) Realizar o cruzamento dos indicadores de saúde referentes às principais doenças de veiculação hídrica, como foco nas Doenças Diarreicas Agudas nos municípios localizados na Amazônia Legal;

#### 4. ATIVIDADES E PRODUTOS

4.1. **Produto 1** Documento técnico contendo a metodologia detalhada para a coleta e a análise dos dados e o cronograma revisado do Plano de Trabalho.

Para a execução deste produto, a contratada deverá executar as seguintes atividades:

- a) descrever o problema a ser tratado, os objetivos da pesquisa, descrever, caso exista, a política nacional de resíduos sólidos para a Amazônia Legal e a metodologia da pesquisa a ser adotada;
- b) definir a metodologia para coleta e análise de dados;
- c) estruturar, planejar e programar as ações necessárias para a execução dos serviços contratados, identificando as ações a serem desenvolvidas e os atores envolvidos;
- d) definir amostragem estatisticamente representativa por extrato populacional dos municípios localizados na Amazônia Legal – AL;
- e) Definir matriz de responsabilidade entre a contratada e IBICT.

4.2. **Produto 2** - Documento técnico contendo o levantamento dos dados disponíveis oficiais dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Para a execução deste produto, a contratada deverá executar as seguintes atividades:

- a) selecionar os municípios objeto da pesquisa, a partir da definição da amostragem dos municípios da Amazônia Legal;
- b) acessar, analisar e elaborar um diagnóstico situacional das principais doenças de veiculação hídrica, com foco das Doenças Diarreicas Agudas nos municípios localizadas na Amazônia Legal. O diagnóstico deve conter pelo menos os indicadores de saúde, objeto desta contratação,
- c) apresentar, juntamente com o diagnóstico já mencionado, a caracterização de cada município, incluindo os seguintes dados: i. população oficial, ii. principal atividade do município (agropecuária, industrial, artesanal, etc.);

4.3. **Produto 3** - – Documento técnico contendo o cruzamento do resultado do estudo descritivo com os principais dados disponíveis, relacionados à gestão de resíduos sólidos:

Para a execução deste produto, a contratada deverá executar as seguintes atividades:

- a) realizar o cruzamento dos indicadores epidemiológicos - referentes às principais doenças de veiculação hídrica, como foco nas Doenças Diarreicas Agudas – DDA nos municípios localizados na Amazônia Legal – AL - com a gestão de resíduos sólidos.

## 5. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

A equipe da CONTRATADA deve ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- **Gerente de projetos:**

- Perfil: Profissional graduado na área de Ciências da Saúde; ou Saúde Ambiental; ou Gestão Ambiental ou afins, com nível de **instrução mínimo de mestrado**, com **experiência de pelo menos 5 anos** em gerenciamento de projetos.
- Atribuições: será o responsável técnico e administrativo, acompanhando todas as etapas da execução do estudo, participando de reuniões sobre o andamento da consultoria.

- **Coordenador assistente:**

- Perfil: Profissional graduado na área de Ciências da Saúde; ou Saúde Ambiental; ou Gestão Ambiental ou afins; e com **experiência mínima de 2 anos** em pesquisa de levantamento de dados.
- Atribuições:
  - a) identificação dos indicadores epidemiológicos e de tratamento de resíduos sólidos da região.
  - b) cruzamento dessas variáveis em vista das limitações da política nacional de resíduos sólidos vigente;
  - c) análise ambiental e epidemiológica nos municípios da região.

## 6. PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho deve conter os prazos, as atividades, os produtos e a metodologia, descritas de forma detalhada. Deve incluir, também, componente de monitoria do contrato, para assegurar qualidade e prazos. O plano de trabalho, poderá ser ajustado quando da contratação, será aprovado pela UNESCO e pelo IBICT e deverá possuir, ao menos:

1. Objetivo do trabalho;
2. Produtos a serem entregues durante a execução do trabalho;
3. Atividades a serem desenvolvidas para a realização de cada Produto;
4. Prazo necessário à execução de cada Produto;
5. Proposta de reuniões de acompanhamento do desempenho do trabalho com a equipe gestora da Contratante, indicando número de reuniões e períodos;
6. *Gantt Chart* com detalhamento do solicitado nos itens 4 e 5 descritos acima;
7. Perfil da equipe de trabalho e;
8. Infraestrutura e equipamentos que serão utilizados para a realização dos Produtos a serem entregues.
9. Plano de "Quality Assurance" para as diferentes etapas desta contratação.

## 7. CRONOGRAMA DE ENTREGAS

7.1. Os produtos deverão ser entregues em até 90 dias, conforme o cronograma a seguir:

PRODUTO	Prazo de entrega após a assinatura do contrato	Valor da parcela em %
Produto 1	20(vinte) dias	20%
Produto 2	60(sessenta) dias	30%
Produto 3	90(noventa) dias	50%
<b>TOTAL</b>	<b>90(noventa) dias</b>	<b>100%</b>

7.2. Os serviços deverão ser iniciados logo após a assinatura do Contrato;

7.3. A UNESCO será rigorosa na conferência dos produtos entregues, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto entregue;

7.4. Cada pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, após o recebimento e ateste pelo Projeto e Pela UNESCO da entrega do produto, segundo as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.5. As parcelas serão pagas mediante a emissão de Nota Fiscal por parte da Contratada contendo discriminação detalhada dos produtos. A Nota fiscal deverá ser entregue no mesmo local de entrega dos bens.

7.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto 914BRZ2005, CNPJ 03.736.617/0001-68.

7.7. A UNESCO não efetua o pagamento de nenhum imposto pago pela empresa.

7.8. Os produtos deverão ser entregues no formato digital. A versão digital dos produtos deverá ser entregue na extensão PDF e possuir atributos que permitam recursos de cópia para área de trabalho, ferramenta de busca, realce de texto, inserção de comentários e indexação através de softwares indexadores.

## 8. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço:

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict),  
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, 5º Andar, Sala 509, CEP: 70070-912, Brasília – DF.

## 9. PENALIDADES

Multa de 2% sobre o valor total do Contrato e juro de mora de 0,01 % (zero ponto zero um por cento) ao dia, calculada *pro rata tempore*, sobre o valor total do Contrato, por impontualidade no cumprimento da data final do Contrato e/ou não aceitação pela

UNESCO dos serviços ou produtos contratados, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

#### 10. VALIDADE DA PROPOSTA

A proposta deverá ter validade de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data apresentação.

#### 11. CRITÉRIO DESCLASSIFICATÓRIO

Não atendimento a qualquer um dos itens contidos neste edital.

#### 12. MONITORIA DO CONTRATO

Caberá ao IBICT e à UNESCO o acompanhamento da execução dos serviços, mediante a realização de reuniões a serem realizadas na sede do Ibict, juntamente com a equipe técnica da empresa vencedora. A periodicidade das reuniões será quinzenal, podendo sofrer alteração de acordo como o cronograma do plano de trabalho aprovado entre as partes. A responsabilidade pela supervisão dos serviços a serem contratados será do órgão solicitante. Os produtos deverão ser encaminhados à Coordenação do Setor de Ciências Naturais da UNESCO, assinado pelo responsável do projeto, acompanhado de Nota Técnica da área responsável aprovando o produto e atestando o pagamento. A UNESCO é parte integrante do processo de aprovação dos produtos apresentados.

#### 13. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O critério de avaliação será o de *menor preço global*.

A licitante deverá apresentar comprovação de capacidade técnica no levantamento de informações. A comprovação se dará mediante apresentação de atestado técnico, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

A licitante deverá apresentar comprovação da qualificação da equipe técnica, conforme exigida no item 5: Composição da Equipe Técnica. A comprovação da qualificação da equipe técnica se dará mediante apresentação de Currículo Lattes dos profissionais.

